




TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Ata de Reunião Nº 1 - TRE/PRESI/GABJJ2

	<b>Ata de Reunião</b>	<b>Unidade(s)</b>
		Comitê Gestor de Políticas de Gênero no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

<b>Objetivo</b>	Apresentação do Plano de Ação "Promoção de políticas de gênero no âmbito do TRE/PI - Igualdade e equidade entre homens e mulheres Deliberações e planejamento de ações relacionadas a políticas de gênero no âmbito do TRE/PI				
<b>Local</b>	<i>Sala de reunião pessoal do TRE/PI - SAOF (Zoom), Teresina-PI</i>	<b>Data</b>	<i>04/06/2021</i>	<b>Início</b>	<i>10h</i>
<b>Modalidade</b>	<i>Videoconferência (Plataforma Zoom)</i>				
<b>Pauta</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação das iniciativas implementadas no Plano de Ação, percentuais de execução e evidências de realização das práticas sugeridas no âmbito do TRE/PI, especialmente após a indicação do projeto pela ASPLAN em reunião do CONGEST, como ação a ser incluída na META 9 do CNJ</li></ul>				

**Registros relevantes**

Na abertura da reunião, a Servidora Silvani Maia Resende Santana, na qualidade de Coordenadora do Comitê Gestor de Políticas de Gênero, após saudação a todas as participantes, registrou a grande responsabilidade do Comitê, pois os trabalhos não vão se restringir somente ao ambiente interno do TRE, mas o escopo do projeto/programa do CNJ, ao abraçar a pauta da AGENDA 2030, envolve um esforço mais amplo. Destacou que exige, portanto, inúmeras iniciativas, seja das integrantes do Comitê seja da ampla participação da sociedade, que envolve atuações fora do ambiente de trabalho em relação às questões de gênero, como a participação feminina na política e a educação de meninas, futuras participantes da vida pública.

A Coordenadora do Comitê assinalou também sua preocupação com a inserção das ações do Comitê de Políticas de Gênero no cumprimento da Meta 9 do CNJ, uma vez que as ações desse projeto são mais voltadas às atividades de prevenção e conscientização, enquanto a temática da Meta 9 diz respeito à questão da desjudicialização de litígios voltados aos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS 05.

Iniciou a apresentação de slides, elencando os objetivos da reunião e a legislação de regência sobre o tema. Destacou-se a necessidade de demonstrar o atendimento à Resolução CNJ nº 376/2021, por meio do levantamento de documentos (expedientes) que evidenciem o cumprimento da determinação contida na citada normativa, por todas as unidades judiciárias e administrativas da Justiça Eleitoral. Foi sugerida a expedição de Ofício-Circular pela Presidência ou pela Diretoria Geral, com a recomendação de observância, por todas as unidades administrativas e pela área judiciária, do uso da linguagem inclusiva para flexão de gênero, podendo, inclusive, ser enviado em anexo o Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero disponibilizado pelo TSE.

Inclusão do Plano de Ação no cumprimento da META 9 do CNJ, como forma de integrar a AGENDA 2030 ao Poder JUDICIÁRIO. Para cumprimento dessa meta, o TRE/PI escolheu o ODS 05: Igualdade de gênero - alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O Plano de Ação “Promoção de políticas de gênero no âmbito do TRE-PI”, encaminhado ao CNJ em 14/05/2021, visa dar cumprimento a essa meta, tendo sido ressaltado que a atuação seria dentro da premissa de prevenção e conscientização, consoante deliberado no CONGEST.

Houve a apresentação das iniciativas implementadas no Plano de Ação, percentuais de execução e evidências de realização das práticas sugeridas no âmbito do TRE/PI.

Deliberou-se as formas de colaboração das participantes do Comitê Gestor. Nesse sentido, houve a formação de grupo para elaboração de cartilha, utilizando como parâmetro a cartilha lançada pela Secretaria da Mulher da Presidência da República, com a participação de diversos órgãos locais, dentre eles o TRE-PI, cujo documento encontra-se disponível na página das mulheres na intranet - #Participa Mulher. O referido grupo terá a servidora Clícia Marques como Coordenadora e será composto também pelas servidoras Rivelina Remet, Denise Berger e Juliana Vilarinho.

No que se refere à promoção de eventos e palestras, a servidora Christianne Bastos, da Escola Judiciária Eleitoral, manifestou-se e, após deliberação do Comitê, decidiu-se que serão providenciadas tratativas para a promoção de palestras dirigidas ao público feminino com temática voltada para a valorização da participação feminina na política/Executivo e no Judiciário. Inicialmente, será providenciada a realização de palestra com o tema: “O trabalho como um ambiente de socialização”. Nesse ponto, será feito contato com palestrantes do TRE-AM, através da EJE.

Foi noticiada às integrantes do Comitê a publicação da Portaria TRE/PRESI nº 322/2021, que torna obrigatória a previsão da contratação de mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar pelas empresas prestadoras de serviços continuados nos contratos administrativos firmados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Destacou-se o pioneirismo do TRE/PI nessa iniciativa, a qual afeta o ambiente externo de trabalho.

Demonstrou-se, ainda, a coleta de dados dos percentuais de mulheres eleitas nos municípios do Piauí, na última eleição, dando ênfase à análise dos municípios em que o percentual de mulheres eleitas é menor que 30% das vagas ou que não elegeram nenhuma mulher, com a sugestão de que na próxima reunião do Comitê sejam apresentados estudo sobre como atuar em relação a esses casos.

Na sequência, foi apresentada a página “Participa mulher” que está sendo construída, em fase final, e disponível na intranet, para posterior lançamento na Internet pela Presidência do Tribunal.

Ao final, facultou-se a palavra às participantes da reunião.

Na oportunidade, a servidora Rivelina Remet manifestou-se no sentido de propor um olhar para a necessidade de capacitação da mulher para entrar na vida política. Sugeriu a criação de link na página “Participa Mulher” com entrevistas com as servidoras, relatando suas experiências, bem como um questionário sobre as atividades diárias no Tribunal, sugestões acolhidas pelo Comitê.

Com a palavra, a servidora Mariana Nery, participante da reunião como colaboradora voluntária do projeto, destacou os seguintes aspectos: a importância da criação do Comitê e do papel social da Justiça Eleitoral dentro da prevenção e conscientização da sociedade para a construção de uma nova realidade; pontuou acerca da necessidade de observância da real representatividade das mulheres eleitas dentro das políticas dos municípios (formal x material); atenção ao efetivo cumprimento da legislação existente sobre o incentivo de políticas para mulheres. Louvou, ainda, as iniciativas já implementadas, especialmente a Portaria 322/2021. Por fim, informou que há diversos trabalhos de conclusão e pesquisa arquivados na UFPI que podem auxiliar na coleta de informações para alimentar a página.

A servidora Juliana Martins, ao manifestar-se, sugeriu a apresentação do trabalho do Comitê do TRE-PI na Reunião do LIODS e ressaltou o trabalho da EJE no eixo da cidadania, dando destaque para os projetos em Escolas, que sempre conta com a manifestação de meninas engajadas politicamente, o que evidencia a importância do trabalho de conscientização feminina.

Em sua manifestação, a servidora Margaret Alacoque registrou a sua percepção acerca da crescente valorização da mulher servidora e a sensibilidade com as questões de gênero na atual gestão administrativa do Tribunal.

Nada mais havendo a tratar, a Coordenadora do Comitê Gestor, Silvani Maia, agradeceu a presença e colaboração de todos e encerrou a reunião.

Deliberações		
Descrição	Responsável	Data
Formação do grupo para elaboração de cartilha, utilizando como parâmetro a Cartilha lançada pela Secretaria da Mulher da Presidência da República, com a participação de diversos órgãos locais, dentre eles o TRE-PI, cujo documento encontra-se disponível na página das mulheres na intranet - #Participa Mulher.	Grupo de Trabalho coordenado pela servidora Clícia Marques e composto pelas servidoras Rivelina Remet, Denise Berger e Juliana Vilarinho	Elaboração dos primeiros estudos para apresentação na próxima reunião
Providenciar tratativas para a promoção de palestras dirigidas ao público feminino com temática voltada para a valorização da participação feminina na política/Executivo e no Judiciário. Inicialmente, será providenciada a realização de palestra com o tema: “O trabalho como um ambiente de socialização”. Nesse ponto, será feito contato com palestrantes do TRE-AM, através da EJE.	EJE - Christianne Bastos	Mês Junho
Iniciar uma análise sobre como atuar diante dos dados coletados acerca dos municípios em que o percentual de mulheres eleitas é menor que 30% das vagas ou que não elegeram nenhuma mulher.	Comitê Gestor	Elaboração dos primeiros estudos para apresentação na próxima reunião
Encaminhamento à Administração Superior de requerimento para inserção no Regulamento da Secretaria do Tribunal a necessidade de adequação dos percentuais de participação nos cargos de direção (Res. CNJ 255/2018). Atualmente, esses percentuais vem sendo atendidos por força da	Comitê Gestor - Coordenadora Silvani Maia	30 dias

quantidade representativa de mulheres na composição da força de trabalho do TRE-PI, cujos índices são superiores a 50% (cinquenta por cento) do total dos servidores.		
Expedição de Ofício-Circular pela Presidência ou pela Diretoria Geral, com a recomendação de observância, por todas as unidades administrativas e pela área judiciária, do uso da linguagem inclusiva para flexão de gênero, podendo, inclusive, ser enviado em anexo o Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero disponibilizado pelo TSE.	GABDG - Rivelina Remet	30 dias
Elaboração de entrevistas com as servidoras para disponibilização na página “#Participa Mulher”	IMCOS - Deimyson	30 dias
Elaboração de Questionário para avaliação do dia-a-dia da mulher servidora da Justiça Eleitoral – TRE-PI -	Rivelina Remet e Valdênia Lacerda	30 dias

Participantes			
Nome	Lotação	E-mail	Assinatura
SILVANI MAIA RESENDE SANTANA	GABSAOF	silvani.maia@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
MIRAN VIEIRA DE SOUSA SILVA	ASPEG	miran.vieira@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
RIVELINA REMET RODRIGUES DA COSTA	NACJIPGP	rivelina.remet@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
DENISE VIEIRA BERGER MIRANDA	GABSGP	denise.miranda@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
CHRISTIANNE MARIA DOS REIS BASTOS RIBEIRO	EJE	christianne.ribeiro@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
JULIANA MARINHO MELO MARTINS	NAAPGEJE	juliana.martins@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
JULIANA VILARINHO DA ROCHA	SEPAC	juliana.vilarinho@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)

CLICIA MARQUES NOGUEIRA COELHO	GABVP	clicia.marques@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
JOANA RODRIGUES DE SOUSA	97A ZONA	joana.sousa@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
MARGARET ALACOQUE DE AMORIM	4A ZONA	margaret.alacoque@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
MARIANA FIGUEIREDO DE BRITO NERY	GABJJ2	mariana.nery@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)
DEIMYSON ALCANTARA FRANCA	IMCOS	deimyson.alcantara@tre-pi.jus.br	Eletrônica (SEI)

<b>Ata elaborada por</b>	<i>Mariana Figueiredo de Brito Nery</i>	<b>Data</b>	<i>08/06/2021</i>
<b>Unidade de lotação</b>	<i>GABJJ2</i>	<b>E-mail</b>	<i>mariana.nery@tre-pi.jus.br</i>

Em 08 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Figueiredo de Brito Nery Andrade, Assessor(a) de Gabinete**, em 11/06/2021, às 15:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Lopes de Oliveira, Juiz(a) Eleitoral**, em 11/06/2021, às 17:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Silvani Maia Resende Santana, Secretária da SAOF**, em 11/06/2021, às 18:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Margaret Alacoque de Amorim, Analista Judiciário**, em 12/06/2021, às 08:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Vilarinho da Rocha Teixeira, Chefe de Seção**, em 14/06/2021, às 08:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Joana Rodrigues de Sousa, Técnico Judiciário**, em 14/06/2021, às 09:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Clicia Marques Nogueira Coelho, Analista Judiciário**, em 14/06/2021, às 10:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Denise Vieira Berger Miranda, Secretário(a) de Gestão de Pessoas**, em 14/06/2021, às 11:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Miran Vieira de Sousa Silva, Assistente**, em 14/06/2021, às 12:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Deimyson Alcantara Franca, Técnico Judiciário**, em 15/06/2021, às 10:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Christianne Maria dos Reis Bastos Ribeiro, Analista Judiciário**, em 15/06/2021, às 11:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Marinho Melo Martins, Analista Judiciário**, em 15/06/2021, às 11:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Rivelina Remet Rodrigues da Costa, Técnico Judiciário**, em 28/06/2021, às 14:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **Donardo Borges do Nascimento Melo e Silva, Analista Judiciário**, em 28/10/2021, às 15:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1263910** e o código CRC **32686617**.

---